

## PERFIL DO PROFESSOR PARA ATUAR NO SÉCULO XXI

### PROFESSIONAL PROFILE TO WORK IN THE 21<sup>ST</sup> CENTURY

Erica Batista da Silva<sup>1</sup>

Maria Conceição Cerqueira Caldas Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estudo denominado Perfil do Professor para Atuar no Século XXI traça um breve caminho percorrido na formação do professor no Brasil. Mostra através de uma análise retrospectiva histórica legal, o espaço pedagógico dependente da legislação educacional, e os processos de formação dos professores. Procura estabelecer elos com o contexto-histórico-político e social para uma maior compreensão dos fatos e entender a formação desse profissional na sociedade. Fundamento também meu estudo na formação de profissionais reflexivos, que estejam de acordo com as necessidades do homem para atuar na sociedade. Considero que essa temática possui relevância no quadro político e educacional no Brasil, à medida que se verificou que não haverá ensino de qualidade, nem reformas educativas, nem inovações pedagógicas que substitua uma adequada formação de professores. Concluo que o homem é um ser social que se manifesta no mundo, com outros homens, com a natureza, em sociedade, em constante busca, em um constante aprendizado, que não é estático, que transforma o mundo e é transformado a partir de sua inter-relações.

1965

**Palavras-chave:** Educação. Formação de Professores. Perfil do Professor.

**ABSTRACT:** The study called Profile of the Teacher to Act in the 21<sup>st</sup> Century traces a brief path taken in teacher training in Brazil. It shows, through a retrospective legal historical analysis, the pedagogical space dependent on educational legislation, and the processes of teacher training. It seeks to establish links with the historical-political and social context for a greater understanding of the facts and to understand the formation of this professional in society. I also base my study on the formation of reflective professionals, who are in accordance with the needs of man to act in society. I consider that this theme has relevance in the political and educational framework in Brazil, as it has been verified that there will be no quality teaching, no educational reforms, nor pedagogical innovations that replace adequate teacher training. I conclude that man is a social being that manifests itself in the world, with other men, with nature, in society, in constant search, in constant learning, which is not static, which transforms the world and is transformed from its interrelationships.

**Keywords:** Education. Teacher Training. Teacher Profile.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pelo Centro Univeristário Cândido Rondon – UNIRONDON. Especialista em Educação de Jovens e Adulto pela Faculdades Integradas das Águas Emendadas, Especialista em Educação Infantil com Ênfase em Alfabetização pela Faculdade INVEST de Educação – UNIVEST.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade Integradas Mato-Grossenses de Ciências Sociais e Humanas Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Mato-Grosso – UFMT, Especialista em Educação Integral pela Universidade Federal de Mato-Grosso – UFMT.

## 1. INTRODUÇÃO

Nesse novo século, tem-se atribuído uma grande expectativa à educação escolar no sentido de reconhecer um direito como meio de democratizar os saberes, a fim de garantir a formação de indivíduos capazes de intervir na realidade onde vivem. Compreendida a função da escola, busca-se entender de que forma ela poderá contribuir para que seus alunos possam participar das decisões no âmbito social. Portanto, exigir uma escola que atenda as aspirações do aluno que hoje busca a mesma há que se pensar na formação do profissional que atua nestas instituições. A formação do atual aluno implica que a escola busque suporte para proporcionar a formação de seus educandos. Mais ainda, há muito a ser transformado, pois é preciso compreender a realidade para que se possa encontrar possibilidades para as escolas realizarem seu papel. Da mesma forma que a sociedade exige pessoas críticas, autônomas e responsáveis, as escolas necessitam de profissionais que hajam de forma comprometida e competente. Assim a ação pedagógica não será responsabilidade apenas de alguns, mas de todos, pois é a partir da compreensão da realidade escolar, que se entra em sintonia com toda a sociedade para que juntos formem indivíduos conscientes e conhecedores da realidade onde vivem.

1966

Partindo desse pressuposto é que optei pelo tema o Perfil do Professor para Atuar no Século XXI. Assim, apresento algumas reflexões sobre a educação e a formação para atuar na sociedade. A pesquisa teve como objetivo desenvolver um entendimento acerca da formação dos professores, tendo como preocupação as limitações e propagações da sua prática pedagógica, visando à compreensão necessária face às transformações sociais no Século XXI. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma análise retrospectiva histórico legal desde o período colonial do professor até os dias atuais por considerar necessário como fonte de consulta a Legislação do Sistema Educacional Brasileiro, autores como Arnaldo Niskier, Otaiza Romanelli, entre outros.

Neste contexto, tornou-se necessário estabelecer elos com o contexto histórico-político-econômico e social para uma maior compreensão dos fatos e entender a formação desse profissional na sociedade. No âmbito das novas exigências do mundo contemporâneo fundamentei os estudos nas ações reflexivas propostas por Schon (2000) aliada a construção do desenvolvimento proferido por Nóvoa (1995), dentre

outros. Também aponto a necessidade da formação do professor ser capaz de formar profissionais reflexivos, que estejam de acordo com as novas necessidades do homem e do mundo no Século XXI. Considerando que o homem é um ser social que se manifesta no mundo, com outros homens, com a natureza, em sociedade, em constante busca, em um constante aprendizado, que não é estático, que transforma o mundo e é transformado a partir das suas interpretações.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O Caminho percorrido na formação do professor no Brasil

A História da Educação no Brasil nos faz falar igualmente sobre a História Geral e suas causas e efeitos no sistema educacional vigente, pois estão intimamente ligados a questões políticas que envolve a sociedade no exato momento que acontecem os fatos ou o ato dos que detêm o poder naquele período da sociedade, por isso jamais deve-se falar que uma coisa não tem nada haver com a outra, as duas na verdade caminham juntas. Aranha (1996, p. 19) diz isso claramente: A educação não é um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos da ideologia, por estar de fato envolvida na política.

Após o descobrimento do Brasil, a igreja católica com o propósito de desenvolver um trabalho de evangelização missionária, implanta o catolicismo como religião tradicional dos colonizadores impondo aos indígenas locais e aos escravos africanos, através de ideologia católica, pressupostos invisíveis na vida social e cultural da colônia. O catolicismo impunha seus valores, suas crenças, suas ideologias e sua cultura, com objetivo de escamotear as verdades e principalmente manter a obediência que era pregada pela religião aos nossos colonizadores. Em 1549, chegaram ao Brasil os primeiros Jesuítas, eles eram chefiados por Padre Manoel da Nóbrega e cumpriam ordens do rei de Portugal – Dom João III, que formulou e instituiu os regimentos que deveriam ser aplicados no Brasil – Colônia de Portugal. O plano de ensino que atendia a nossa primeira política educacional foi instituído por Nóbrega, tanto para os filhos dos índios que aqui se encontravam, quanto para os filhos de colonos portugueses.

O ensino dos Jesuítas então implantado contava com incentivo e subsídio da Coroa Portuguesa e constituiu-se em uma política educacional a Ratio Studiorum, que privilegiava a formação das elites que era uma versão de educação pública religiosa; esta educação dominou até a metade do século XVIII. Com a expulsão dos Jesuítas,

determinou-se o fechamento dos colégios por eles fundados e administrados. Do fechamento dos colégios à substituição dos educadores e do sistema jesuítico, transcorreram 13 anos. Essa lacuna desmantelou toda a estrutura administrativa do ensino.

As Reformas Pombalinas se contrapunham ao predomínio das idéias religiosas, uma vez que tinham como base as idéias laicas inspiradas no iluminismo que instituíram ao Estado a responsabilidade pelo ensino – originando assim os primeiros passos para a nossa versão de educação pública estadual. Foram introduzidas diversas disciplinas isoladas, as “aulas régias” e conseqüentemente, os professores “leigos” começaram a ser introduzidos no ensino. O fato mais importante dessa Reforma Pombalina foi à garantia de uma educação pública que direcionasse a formação de profissionais a serviço do Estado. Nesse contexto a educação brasileira passa a ser exercida por professores não qualificados – leigos, já no contexto educacional o termo “leigo” foi associado aos professores que não possuíam uma formação básica para lecionarem em determinadas séries. Essa atribuição de professor leigo não se dá somente ao que se refere à formação desse profissional, dá-se ao desconhecimento de uma didática aliada a uma prática concreta ditada como “eficiente e necessária” na formação desse profissional, e conseqüentemente, com o tipo de homem que se quer formar para uma determinada sociedade.

1968

Atualmente o professor apontado como leigo se depara com a discriminação e com a exclusão por não ser capacitado para atuar de uma forma efetiva na sala de aula, porém ao mesmo tempo, a esse profissional destina-se uma função importante: de ser um profissional que goza de uma autoridade reconhecida. Sobre essa política dual Nóvoa aponta que:

Há uma política aparentemente contraditória de desvalorização sistemática do estatuto da profissão docente e, simultaneamente, de dignificação da imagem social do professor. A compreensão deste paradoxo obriga a um duplo raciocínio. Por um lado, o Estado exerce um controle autoritário dos professores, inviabilizando qualquer veleidade de autonomia profissional: a degradação do estatuto e do nível científico insere-se nesta estratégia de imposição de um perfil baixo da profissão docente. Por outro lado, o investimento missionário (e ideológico) obriga o Estado a criar as condições de dignidade social que salvaguardem a imagem de prestígio dos professores, nomeadamente junto às populações (1995, p. 18).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, nasce o Ensino Superior e iniciava-se um processo de autonomia que culminaria na Independência Política. Entretanto, torna-se relevante ressaltar que essa educação superior tinha como propósito exclusivo proporcionar

uma educação para elite aristocrática e nobre que compunha a corte – a criação da Universidade no Brasil atendeu aos anseios dessa elite. Os primeiros Cursos Superiores – não teológicos, eram organizados na base de aulas avulsas e tinham um objetivo profissional – prático. Essa educação devia formar técnicos em economia, na agricultura e na indústria.

Assim, é anunciada uma nova ordem política educacional brasileira, assentada nos ideais da Revolução Francesa que embutiam idéias de desenvolvimento nacional: “um sistema nacional de educação, que abranja a graduação das escolas e sua distribuição por todo território nacional”. Observa-se pela primeira vez, uma preocupação com a educação popular. Como resultado dos debates da Assembléia Constituinte de 1823, foi abolido o privilégio do Estado para dar instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Quanto aos cursos de formação dos professores Brzezinski afirma que:

Os estudos pedagógicos no tempo do Império realizaram-se nos cursos de formação do magistério – as Escolas Normais. Entre 1835 e 1846, no período regencial (entre a abdicação de D. Pedro I e a declaração de maioridade de D. Pedro II), são criadas essas escolas no Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Ceará e São Paulo. Mas era comum a introdução da disciplina pedagogia nos liceus (escolas de nível médio). Todavia, foram instituições muito instáveis, improvisadas, pouco eficazes para atender sua função de formar professores primários (apud PIMENTA 2000, p. 88).

No período republicano as escolas normais tiveram um crescimento acelerado, mas como não eram organizadas nas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal ficavam restritas as reformas efetuadas aos limites geográficos dos Estados. Logo, as escolas normais não atendiam as necessidades do país, e apenas contribuíam para aumentar o número de professores leigos – sem habilitação para o exercício do magistério.

Na Segunda República, ha um período de grande radicalização política, com o crescimento ideológico de grandeza de diversidade de projetos em benefício do “povo”, aconteceu também a elaboração de políticas educacionais para o país. Nesse período o país passava pela revolução de 30 com uma instabilidade que sempre causa qualquer revolução, que teve como seu primeiro ato dos detentores do poder na época a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados. Em 1932, Anízio Teixeira e outros intelectuais, lançam o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em que formalizam suas propostas teóricas e operacionais. Observa-se que o “Manifesto” era dirigido ao povo

e ao governo, e apontava na necessidade de construção de um sistema nacional da educação.

Nos anos de 1937 a 1945 a história e o mundo passam por várias transformações, com a Segunda Guerra Mundial o período é de extrema repressão pelo nazismo de Hitler e fascismo de Mussolini, para Aranha (1996, p.181) são avessos à teoria, e se vangloriam da predominância de um antiintelectualismo fundado no primado da ação. Mais do que idéias, lhes interessam a retórica e seus efeitos de doutrinação, que levam à obediência e à disciplina. O Brasil com o governo populista de Getúlio Vargas, apesar deste governo se enveredar ou “concordar” com as idéias totalitárias de Hitler, luta ao lado dos aliados. Nessa época acontece no país uma expansão e fortalecimento da indústria nacional, com a utilização de mão de obra barata, acontece a consolidação das leis trabalhistas, apesar da guerra fria e da hegemonia do Estados Unidos. O Governo estabeleceu regras e normas rígidas de controle do currículo e programas impostas para todos do sistema de ensino, pode se dizer que as rédeas eram curtas e de controle, fazendo com que o direito a educação deixe de estar explícito na Constituição (que privilegiava as escolas particulares).

Nos idos de 1945 a 1964 o mundo continua a sofrer transformações com o imperialismo das grandes potências com possíveis conflitos entre principalmente Estados Unidos e a antiga União Soviética, na educação brasileira nasce a Escola tecnicista para dar vazão a mão de obra das indústrias e do comércio, esta escola consiste segundo Aranha (1996, p. 183) em:

1970

Planejamento e organização racional da atividade pedagógica; operacionalização dos objetivos; parcelamento do trabalho, com a especialização das funções; incentivo à utilização de várias técnicas e instrumentos, como instrução programada, ensino por computador, máquinas de ensinar, telensino, procurando tornar a aprendizagem “mais objetiva”. Em nosso país esta tendência trouxe prejuízo as escolas públicas com a burocratização do ensino.

Registra-se o nascimento da primeira LDB em 1961, a Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, embora pretendesse tratar da “Educação Nacional” limitou-se à organização escolar, mantém a estrutura tradicional no sistema de ensino, que continua a ser organizado, de acordo com a legislação anterior. Observa-se que na sua essência, a Lei continuava a mesma, a única diferença foi a de não ter prescrito um currículo fixo e rígido, em cada nível e ramo. Essa flexibilidade no currículo quebrou a rigidez e favoreceu em certo grau de descentralização, visto que possibilitava aos Estados e estabelecimentos a possibilidade de anexarem disciplinas optativas ao currículo

estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. Porém, não é fácil mudar. Logo, as escolas mantiveram o mesmo currículo e o mesmo programa, apesar da flexibilidade permitida.

No final de 1967, o Governo criou uma comissão especial com o objetivo de analisar o sistema educacional, a fim de detectar os pontos críticos, para propor mudanças no cenário atual. Foi nesse contexto, que a escola a partir de uma reforma administrativa assumiu uma organização empresarial. Essa comissão propõe uma revisão no esquema de remuneração do magistério, a fim de atingir gradativamente, o tempo integral e a dedicação exclusiva do professor. Segundo Romanelli (1999, p.221) a comissão propõe ainda as seguintes medidas:

- a) Ajustar a formação do ensino superior às realidades do país. Como? Atendendo a “uma demanda cada vez maior, correspondente ao ritmo de crescimento populacional”; adaptando “cursos e currículos as imposições do desenvolvimento nacional, ajustando-se as características que singularizam o nosso País”. Portanto, propõe o relatório a diminuição da defasagem quantitativa e estrutural com objetivo da reforma de ensino.
- b) Instituinto a cobrança de anuidades do ensino superior, como “forma de obter mais justiça social”.
- c) Reduzindo os currículos e diminuindo a duração dos cursos de formação profissional, pelo menos de certas carreiras, e criando carreiras de curta duração.
- d) Introduzindo o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, como medida de maior economia e melhor aproveitamento dos fatores empregados.
- e) Instituinto o vestibular unificado, “possibilitando” (assim) o aproveitamento de todas as vagas existentes por parte dos aprovados.
- f) Criando um ciclo básico comum para cada área.
- g) Criando um primeiro ciclo especializado para as carreiras de curta duração, como a formação de professores do ensino médio, técnicos laboratoristas, engenheiros operacionais, etc.
- h) Criando um segundo ciclo especializado para as carreiras longas como Medicina, Engenharia, Direito, etc.
- i) Finalmente, criando cursos de pós-graduação, nos níveis de mestrado e doutorado.

Em 1969, foi abolida a distinção entre o bacharelado e a licenciatura em pedagogia. Com o Parecer nº 252/69 do Conselho Federal de Educação, que regulamentou o Currículo mínimo do Curso de Pedagogia, orientou o curso para a formação de profissionais técnico administrativos da educação oferecendo as habilitações de especialistas em supervisão, orientação e administração, além de formar professores para o Ensino Normal.

Nos anos de 1964 a 1985 mesmo com uma eminente guerra fria existente entre as grandes potencias da época com desfiles de armas atômicas pelas duas potencias e o medo gerado na população mundial, instala-se no Brasil após um golpe militar uma ditadura com a cassação de muitos membros do poder legislativo presos e exilados, funcionários públicos tiveram sua destituição de cargos e inquérito militar, da população brasileira foi retirado o direito de escolha através do voto de vereador a presidente da república.

A educação sofreu muito com esse regime ditatório, pois efetuou uma reforma vertical sem se importar com a opinião de alunos, professores e outros setores da sociedade, sobre isso Piletti (1990, p. 114) diz que:

Os resultados são os que vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo.

Com a abolição em 1969 da distinção entre o bacharelado e a licenciatura em pedagogia. Com o Parecer nº 252/69 do Conselho Federal de Educação, que regulamentou o currículo mínimo do Curso de Pedagogia, orientou o curso para a formação de profissionais técnicos administrativos da educação oferecendo as habilitações de especialistas em supervisão, orientação e administração, além de formar professores para o Ensino Normal. O Governo coloca em prática a Reforma Universitária, com a proposta de: neutralizar a luta dos estudantes; com a instituição do vestibular classificatório, enquadramento das universidades dentro de um modelo empresarial que lhe desse mais eficiência burocrática; proliferação de escolas superiores particulares e pagas, fazendo com o que existia de vagas publicas e gratuitas nas universidades a serem mínimas; fazendo com que a matéria de filosofia se tornasse optativa para os estudantes, tentando desarticular a resistência dos mesmos, pois a filosofia estimulava a reflexão e discussão.

Tanto a Reforma do ensino de 1º e 2º graus pela Lei n.º 5.692 de agosto de 1971, como na universidade esta lei foi imposta pelo sistema de governo, sem nenhum envolvimento da sociedade civil ou estudantes e professores, esta reforma, segundo Piletti (1990, p. 121) tinha por objetivo geral “ proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidade como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.”, porém este objetivo ficou apenas no papel já que na prática não acontecia. Ao analisar a Lei se verifica que a mesma trazia em sua estrutura grandes modificações tais como o ensino de 1º grau deixa de

oferecer formação profissional e se destina somente à educação geral, isso traz um déficit aos alunos, pois os mesmos em sua maioria não conseguiam terminar o 1º grau e segurem até o final do 2º grau. Já com a reforma o ensino de 2º grau tornou-se todo ele profissionalizante, com os cursos de três anos para auxiliar técnico e de quatro anos para técnico, esta forma de ensino trouxe em linhas gerais transtorno as escolas que não estavam preparadas para o ensino profissionalizante, com isso varias escolas tentavam burlar a Lei com a elaboração de um currículo oficial para possíveis vistorias e outro real para suprir as necessidade da comunidade escolar (Lei 5.692/71).

Segundo Piletti (1990, p.122): escolar:

A reforma de 1971 aumentou o numero de matérias obrigatórias em todo o território nacional. Sem contar o ensino religioso, facultativo para os alunos, o núcleo comum obrigatório passou a abranger dez conteúdos específicos: um de Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa); três de Estudos Sociais (Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil); dois de Ciências (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas); e quatro Praticas Educativas (Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde).(...) Disciplinas mais reflexivas – que podem favorecer a discussão critica como filosofia, sociologia, psicologia etc. – deixaram de ser ministradas no ensino de 2º grau.

Em 1985 termina o governo militar e começa ainda que por eleição indireta - do primeiro presidente civil desde 1964 - uma Nova Republica nasce com a herança de vários problemas econômicos e sociais que move a todos na esperança de mudanças. Renova-se a esperança para a educação com a Constituição de 1988 e posteriormente com entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Base da Educação a n.º 9394/96, que estabelece normas e metas a serem seguidas pela educação nacional, na busca de melhoramento do sistema de ensino da educação básica ao superior e capacitação do profissional da educação. A década de 90 é marco do pelo grande avanço tecnológico - com melhoria no sistema de telefonia fixa que posteriormente migra para a móvel melhoria tecnológica nas escolas como um recurso, e com uma economia, mas estabilizada por sua melhoria, após passar por varias planos econômicos – tudo isso atinge diretamente a educação que continua em sua busca em melhorar ano após ano, Oxalá se um dia consiga uma homogenia na educação do país, sem a necessidade de copia de modelos que deram certo lá para aquele contexto, já para nós e nosso contexto merece uma releitura dos que passaram para melhorar o que deu certo e ampliar sua abrangência.

## 2.2 O Perfil do professor para o século XXI

Em uma análise da formação dos educadores no Brasil, como já visto, sempre foi tratado com descaso ou imposição pelos governantes, tendo como principal reflexo a má formação desses profissionais e a falta de uma identidade para os mesmos. A Identidade do professor ou mais propriamente do Pedagogo, estão atreladas várias dificuldades que interferem diretamente no desempenho e criação de sua identidade, tais como baixos salários, deficiência na formação, desvalorização profissional, falta de condições de trabalho, e de profissionalismo, isso tudo recai sobre a inadequada formação acadêmica em outras áreas, ou seja, nem todos os professores são pedagogos. A busca por uma identidade é algo que vem sendo construída gradativamente no transcurso da historia da Pedagogia como área do conhecimento, que esta entre as Ciências da Educação, que demanda a tarefa de verificar a maneira como acontece essa construção em meio as relações sociais, os valores, formação o profissionalismo, estrutura política, e a valorização do professor.

Enguita define cinco categorias do profissionalismo docente. São elas: competência, licença, vocação, independência e auto-regulação. Todas essas categorias colaboram muito na somatória da busca de identidade do professor, pois se lhe faltar um desses atributos, ser professor passa a ser apenas uma mera profissão que visa repassar a informação e não ajuda o aluno a transformar essas informações em conhecimento, deixando o mesmo muitas vezes sedento de saberes (apud. BRZEZINSKI, p.14). Para que o Professor tenha ou descubra essas cinco categorias é necessário que haja uma política publica para a educação de qualidade. Por outro lado são oportunidades necessárias que mirem exatamente nas deficiências existentes no sistema de ensino tentando sanar as dificuldades existentes.

Torna-se assim necessário estabelecer uma identidade para o educador que segundo Libâneo e Pimenta deve estar voltada para uma proposta de formação de profissionais para atuar na educação. Assim a partir da hora que o acadêmico de Pedagogia passar a ver a necessidade de buscar ser um professor competente irá buscar integralizar suas idéias e pensamentos de modo reflexivo e investigativo na vontade de transformar o sistema educacional a médio e não mais a longo prazo como se vivenciou ao longo da historia. Terá que criar ou adaptar teorias que ajudem a melhor re-significar paradigmas existentes na sociedade não apenas nas instituições públicas como as privadas.

Discute-se hoje muito sobre a formação de professores, haja vista que tanto esta presente em toda a legislação como muitos profissionais se dedicam tanto em investigar como propor medidas e propostas para que se ofereçam cursos de formação de docentes que tenham qualidade.

O tema da formação tem despertado o interesse dos profissionais da educação de uma maneira geral, e dos docentes, em particular, uma vez que foram introduzidas profundas modificações na formação e nas exigências legais relativas à titulação dos docentes dos primeiros graus de escolaridade e também alteradas as fontes e as formas de financiamento da remuneração do pessoal do magistério das redes públicas desses graus (ROMÃO, 2001, p. 79).

É importante refletir sobre a sociedade do conhecimento que se traduz por redes, teias, árvores do conhecimento, sem hierarquias, em unidades dinâmicas e criativas, favorecendo a conectividade, o intercâmbio entre instituições e pessoas, articulação, contatos e vínculos, interatividade. Dessa forma a formação continuada necessita de maior integração entre os espaços sociais, pois é fundamental para que o professor adquira novas competências para atuar na sociedade. Hoje a educação deve equipar o aluno para viver melhor na sociedade do conhecimento. A importância de se compartilhar o conhecimento na escola é uma realidade, o que significa que nenhum profissional que se diz comprometido com a formação de um aluno capaz de intervir na realidade deve omitir. Alarcão (2003,p. 31) fala sobre o conhecimento na escola:

O conhecimento está lá, na escola, lugar privilegiado para as iniciações, as sistematizações, o estabelecimento de relações estruturantes, as discussões críticas e as avaliações. [...] no momento do ensino é fundamental para explicar, para revelar a sua evolução histórica e para preparar a sua apreensão crítica (ALARCAO, 2003, p. 31).

Levanta-se o papel do professor reflexivo desde o início do século XX, mais propriamente a expressão professor reflexivo, veio como uma enxurrada no cenário educacional que confundia a muitos, a palavra reflexão enquanto adjetivo e não como atributo dos professores, portanto, é necessário conhecer de onde nasce o conceito de professor reflexivo.

O conceito surge no estado de Massachusetts no Estados Unidos com os estudos de Donald Schön relacionados a reforma curricular nos cursos de formação de profissionais, após todo seu processo de observação ele conclui que o currículo não poderia ser apenas normativo que apresenta a ciência, sua aplicação, depois estágio que deve ser para colocar em pratica o apreendido.

Uma formação teórica sem refletir sobre a experiência vivida não seria a melhor maneira de formar o professor, Schön propõem uma formação baseada na pratica

ou seja na valorização prática profissional como forma de construção de conhecimento, por meio da reflexão, análise e problematização e o reconhecimento do conhecimento tácito de John Dewey, isso tudo faz com que o professor tenha condições de criar em seu aluno a consciência crítica, na busca para a transformação sócio-cultural-econômica de uma sociedade.

Pimenta e Ghedin (2005, p. 56,57) analisam conceitos de outros autores sobre reflexividade que ajudam na construção de um novo conceito, entre esses autores estão, Pérez Gómez e Dewey,:

A reflexividade é capacidade de voltar sobre si mesmo, sobre as construções sociais, sobre intenções, representações e estratégias de intervenção. Supõem a possibilidade, ou melhor, a inevitabilidade de utilizar o conhecimento à medida que vai sendo produzido (Pérez Gómez 1999, p. 29). O pensamento ou a reflexão [...] é o discernimento da relação entre aquilo que tentamos fazer e o que sucede como consequência. (...) Na descoberta minuciosa das relações entre os nossos atos e o que acontece em consequência delas, surge o elemento intelectual que não se manifesta nas experiências de tentativa e erro (1979, p. 158) .

Pode-se no Brasil ser citados vários métodos para se trabalhar a reflexividade, entre estes estão os de Paulo Freire na proposta através do processo ação-reflexão-ação faz uma análise crítica dos fatos e busca uma consciência política do indivíduo. O método da reflexão fenomenológica este traz toda a ação humana como intencional. O movimento do professor reflexivo que busca uma reflexão crítica sobre a ação do ato de ensinar e a pesquisa colaborativa.

Diante do novo conceito de professor reflexivo gerou um grande fascínio que trouxe com isso alguns conflitos, pois como sempre existem resistências ao novo, o medo de não dar certo, ou que isso vá “dar” trabalho, um dos conflitos levantados foi o de colocar em dúvida a confiança na competência de alguns profissionais, que incorreu num erro de generalizar as situações recorrentes do sistema de ensino, perante o espírito pós-moderno e a valorização da prática, diante de problemas complexos da sociedade. Devido o professor não ter uma formação reflexiva o mesmo se sente diminuído por não conseguir solucionar os conflitos do cotidiano escolar, estes pensamentos ainda estão sendo superados de certa forma pelas universidades e faculdades particulares na busca de formar profissionais críticos reflexivos e que consigam gerir um conceito, baseado na ética e respeito profissional, de seus parceiros, já não, mas visto e se pondo como detentores de saberes. O professor para desenvolver uma prática reflexiva deve utilizar resultados de investigações

educacionais para refletir sobre sua prática, dentro do sistema de ensino-aprendizagem conquistando com isso maior autonomia de sua ação pedagógica. Para Perrenoud:

Apropriar-se de métodos que facilitam a observação, a análise das rotinas e dos problemas, a afinação e experimentação de alternativas, seja de forma singular ou plural, ou seja, individual ou coletivamente ajudam a melhorar significativamente a prática do professor (apud GUESTA, 2001, p. 21).

Para isso o preparo do professor é fundamental, pois a sala de aula é um lugar complexo e de constante transformação por lá passam os mais variados problemas sejam de ordem pessoal, ou de conflitos comportamental do grupo, ou que atinge ao grupo. Assim o professor tem e deve estar preparado para que de alguma maneira possa dar respostas às situações postas por seus alunos, por isso a necessidade de se conhecer e ter conhecimentos que o apoiem em seus enfrentamentos imediatos, pois o conhecimento sedimentado empobrece a reflexão sobre a ação dentro do processo de aprendizagem. As dificuldades do professor podem de alguma forma estar ligadas às inseguranças frente aos problemas, pois o que acontecia alguns anos atrás era o professor receber receitas prontas através de manuais, cartilhas, etc., hoje quando se depara com situações da qual vai ter que resolver, vai ter que estar através de uma prática reflexiva e de busca por mais conhecimentos para resolver os problemas postos pela realidade.

1977

O professor que desenvolve a prática reflexiva desde o início ou durante a sua formação traça um olhar mais direcionado dando maior oportunidade e facilitando a aprendizagem dos alunos. Diminuindo assim o que o aluno faz com mais frequência que é a autodefesa, sobre algo que considera inadequado, ou não conhece, isso o leva a se defender da forma que ele considera mais adequada no momento, seja, através de palavras ou tentar ridicularizar o docente. Neste momento está a melhor hora do docente mostrar de forma sutil sua argumentação bem elaborada sobre sua prática, refletindo sobre o conflito e lançando mão de sugestões de melhora, junto com os alunos, dessa forma conseguirá trazê-los como co-autores de uma ação de transformação, “a teoria no auxílio da prática oriunda da reflexão sobre o saber e o fazer docente orienta na escolha da rota mais adequada para o ensino e aprendizagem, possibilitando pensar sobre as razões e as conseqüências das escolhas pedagógicas” (GUESTA, 2001, p. 25).

A condição reflexiva do docente o leva a desenvolver capacidade de apropriação crítica, a construção de conhecimento pedagógico, por meio do hábito de fazer perguntas reflexivas do ensino que o levem a várias respostas possíveis, que não podem ser deixadas

de lado, sem uma ação concreta por parte do professor reflexivo, e isso causa transformações importantes para a sociedade em geral, Libanêo faz uma reflexão sobre as implicações que uma ação do profissional não capacitado pode dar, diante do ceticismo e o relativismo que o sistema quer impor aos educadores. “[...] É preciso atentar para a inexistência de políticas educacionais sólidas, de posicionamento da nação ante a escola básica, [...] da desqualificação da escola pública, do desprestígio social da profissão de professor” (2002, p. 193).

O profissional da educação, o professor reflexivo para o século XXI deve estar atento, a sua formação continuada e abrangente, deve também estar com igual atenção a todos os chamados que a sociedade faz, na busca da melhoria da qualidade da educação. Estando atento a isso e sem esquecer sua identidade, e seu papel na sociedade, e principalmente na educação leva-o a sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária, com uma educação de qualidade e democrática, que vê para além do ato de ensinar. Quem sabe em um futuro próximo possamos estar vendo, professores dando depoimentos mais prazerosos sobre a educação e sua qualidade, pois as vezes o que se vê é a desmotivação desse profissional frente aos desafios, de uma sociedade que perdeu sua base familiar, imposta por uma sociedade capitalista e de consumo, e que perdeu seus valores, onde vemos a todo momento nos meio de comunicação de massa, professores doentes, cheios de hematomas causados por alunos violentos, sem limites.

1978

Em contraponto existem ainda professores que devido a uma formação mínima e por não buscar se ascender profissionalmente, continuam desqualificando esta profissão e não conseguem falar bem sobre ela, colocam apenas que “falta tantos anos para se aposentar, para que mudar”, não conseguem ver que o mundo mudou e o ato de educar evoluiu, bem como se qualificar é a base da transformação.

## CONCLUSÃO

A educação passou por grandes transformações no decorrer de sua história, com a chegada dos Jesuítas os primeiros educadores do país abre-se uma perspectiva sobre o ato de ensinar, porem após a expulsão dos Jesuítas e acontece uma grande lacuna no que tange a educação no Brasil, ficando por 200 anos o sistema fragilizado quanto ao ensino e a formação de profissionais da educação. As Reformas Pombalinas da instrução pública são inseridas, no quadro das reformas modernizadoras necessárias na tentativa de reverter o

quadro que se instalava no sistema educacional e econômico do Brasil, em que o poder concentrava-se nas “mãos” da igreja.

Em análise do trajeto percorrido na formação de professores, através das suas Reformas e Legislações, que decorreram desde o período da Colonização até os dias atuais, constatei que o Curso de Pedagogia pouco tem se modificado, haja vista que foi detectado que no curso de Pedagogia ainda encontramos disciplinas que eram dadas nos bancos escolares das Escolas Normais no período da sua implantação no Brasil. A colonização inicialmente se caracterizava por razões humanísticas e filantrópicas, porém, logo em seguida, ela manifesta o seu tecnocentrismo e o seu racismo, à medida que analisa os colonizados como seres incapazes de produzir conhecimentos válidos, de fazer ciência e de se auto-governar. Determinando, através da imposição à sua cultura, valores, religião, de conhecimentos, entre outros. Assim, percebo o Curso de Pedagogia, à medida que se fundamenta e constitui-se em um humanismo idealista, através de uma educação de elite – conveniente à classe economicamente dominante – que camufla implicitamente qualquer vinculação entre a função do professor e sua ação política. De acordo com a educação que atendia à Colonização – a classe dominante – o Pedagogo seria o “condutor de crianças”, um profissional monitorado, sem visão social ou política, que não construía com seus alunos os conhecimentos, o professor apenas transmitiria aos alunos os conhecimentos produzidos por outros sem contestá-los como verdadeiros ou não. Esse profissional da educação seria formado – preparado – para o adestramento de seus alunos e para atender às necessidades econômicas e sociais da sociedade.

1979

No período republicano as escolas normais tiveram um crescimento acelerado, mas como não eram organizadas nas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal ficavam restritas as reformas efetuadas aos limites geográficos dos Estados. Também sofreu mudanças embora que sempre direcionada à obediência e à disciplina do Estado. É importante grafar este período com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tratava a educação como um problema social sendo para a época um grande avanço social e educacional, pois adentrava pela escola a sociologia – ciência dos fenômenos sociais. Ainda nesse período aconteceu um golpe militar no país onde restringiu os direitos civis de todos os cidadãos. A educação sofreu muito com esse regime ditatório, pois efetuou uma reforma vertical sem se importar com a opinião de alunos, professores e outros setores da sociedade.

Diante de toda essa trajetória na década 1970 ressurgiu o pensamento para reformulação do curso de Pedagogia e as licenciaturas através de organismos oficiais do governo e entidades independentes de educadores. A busca por uma identidade é algo que vem sendo construída gradativamente no transcurso da história da Pedagogia como área do conhecimento, que está entre as Ciências da Educação, que demanda a tarefa de verificar a maneira como acontece essa construção em meio às relações sociais, os valores, formação do profissionalismo, estrutura política, e a valorização do professor. O Pedagogo passa a ter a necessidade de buscar ser um professor reflexivo, para integralizar suas ideias e pensamentos de modo científico e investigativo na vontade de transformar o sistema educacional a médio e não mais a longo prazo como vivenciamos ao longo da história da educação, com a criação ou adaptação de teorias que ajudem a melhorar e re-significar paradigmas existentes na sociedade não apenas nas instituições públicas como as privadas.

A qualificação de professores deve dar condições de proporcionar formação *stricto sensu* dando a esse profissional condições mínimas de atuar em várias funções desde a docência, gestor, coordenador no campo educacional, passando pelos recursos humanos das empresas, projetos educacionais em entidades não governamentais, atuando em órgãos públicos estatais e não estatais. Nos dias atuais critica-se e lamenta-se as imposições econômicas, sociais e culturais que nos são impostas. Porém, nossa realidade não é muito diferente da época da colonização, pois esta ainda é a de receber ordens e cumpri-las sem qualquer crítica ou reflexão, pois assim desejam os detentores do poder, é essa a lei que comanda a sociedade capitalista da qual fazemos parte. Na sociedade capitalista, os membros participantes das classes mais favorecidas – recebem e detêm o poder e o saber, que são utilizados para relegarem os membros das classes menos favorecidas às condições de inferioridade. Estabelecendo, assim, relações de dominantes e dominados, de privilégios e exclusões, em uma hierarquia de poder que transcende a qualquer relação social.

A Legislação Educacional Brasileira distorceu e manipulou as reformas educacionais, tentando camuflá-las, jogando implicitamente as responsabilidades do fracasso educacional nos ombros dos professores com os mais diversos títulos: da omissão, da passividade, da falta de compromisso, da incapacidade de tornar, de transformar a educação brasileira em uma educação democrática – já que a legislação permite o mesmo ponto de partida e o mesmo ponto de chegada a todos: dominantes e dominados. Ao indicar as novas necessidades sociais da pós-modernidade, aponto que a LDB nº 9.394/96

apesar de possuir aspectos que já foram ultrapassados pelo tempo, apontam esperanças de mudanças no cenário educacional, haja vista que a mesma dispõe em seus artigos um novo olhar sobre os alunos e seus contextos históricos e um novo olhar sobre a formação – frágil e ultrapassada – de seus professores.

Ressaltamos os problemas crônicos existentes na educação brasileira não se resolverão apenas com a formação qualificada do professor. Desse modo, pensar sobre a LDB e a Formação de Professores, me remete a analisar as duas facetas de uma mesma profissão, que me proporciona: uma reflexão sobre as novas necessidades da sociedade capitalista a qual fazemos parte, das possíveis “novas” armas de seleção e exclusão. Por entender que problematizar a formação de professores implica considerar um complexo conjunto de relações, resgato um pouco da história da educação para elucidar alguns aspectos desse conjunto. Implantaram-se diversas Reformas, promulgaram-se diversas Leis, porém a educação continua a atender aos interesses de uma minoria – aos interesses da sociedade capitalista, aos interesses econômicos dos quais tornara-se dependente. Tornando-se nessa dependência um subsistema de uma sociedade de classes, e como tal, exercendo um papel ideológico de reproduzir a divisão dessa sociedade em classes – essa divisão acontece na sala de aula, à medida que o professor atua ocultando o projeto social e econômico da classe dominante.

1981

Pensamos que para efetuar uma verdadeira transformação no cenário educacional, devemos ir além da interpretação de uma Lei, devemos buscar o que não está escrito em seus artigos. Devemos transformar o ensino, lutar para mudar a escola – promovendo alterações estruturais e reformas curriculares coerentes. Mas, antes de tudo, devemos fortalecer a profissão do professor tão desgastada pelas lutas diárias. É necessário um novo olhar às necessidades da sociedade que não atendem mais ao modelo educacional obedecido e propagado na formação inicial dos professores. Formar-se um professor crítico, agente ativo, cuja auto-análise reflexiva leva à ação, é tornar-se agente responsável como investigador ativo na re-leitura do mundo e da sala de aula, a partir de uma pesquisa-ação que favoreça um pensar sobre o próprio pensar, sobre a própria formação e sobre a própria auto- produção. Ou seja, é assumir uma atitude reflexiva nas suas práticas pedagógicas que oportunize liberdade aos procedimentos rígidos como fonte de estratégias que sejam compatíveis com cada dificuldade encontrada e que favoreçam oportunidades para o desenvolvimento de uma ação democrática.

Para superar as práticas ultrapassadas na formação de professores, os profissionais da educação devem criar e incorporar esquemas que mobilizem situações concretas, configurando uma ação reflexiva ao seu acervo de experiências teóricas e práticas, visto que a pós-modernidade exige do professor uma constante reflexão – uma auto-avaliação, um olhar crítico e reflexivo sobre a sua ação, de forma que o professor / profissional da educação, esteja reorganizando e redirecionando constantemente o seu trabalho. Observa-se que nesse processo de reflexão, o aluno deve ser o referencial, à medida que o professor deve preocupar-se com seu aluno - com a forma de apreensão e construção desse conhecimento. Os cursos de formação de professores devem ser capazes de inovar, de identificar problemas, encontrar as soluções aos problemas. O ato de inovar assume um valor estratégico do ponto de vista educacional, visto que os mesmos estarão em uma busca constante. Como os cursos de formação de professores podem desenvolver nos professores as práticas necessárias aos grandes desafios?

Almeja-se a formação de um profissional que tenha domínio de conteúdo, aliado a uma compreensão crítica sobre o que ensina e sobre o que faz. Que conheça as novas tecnologias e se utilize desses conhecimentos em prol de um projeto político de emancipação educacional. Contribuindo assim, para um trabalho coletivo e interdisciplinar na escola, a partir da sua ação política e da sua compreensão das relações entre a sociedade e a escola, portanto que se comprometa com os movimentos sociais e lute por melhores condições de trabalho e por uma remuneração condigna.

Após a leitura de vários autores para a realização desta pesquisa, propiciou-me grande abertura ajudando-me a rever, construir e reconstruir conceitos sobre a educação brasileira e o perfil do professor para o século XXI. Falar que ser educador é algo fácil é um equívoco porém se o trabalho não for bem executado, com certeza terá conseqüências catastróficas sobre a sociedade, pois o professor tem um “poder” maior do que ele mesmo imagina, por isso existe uma grande necessidade de formação contínua, crítica e reflexiva do e pelo professor, pois somente assim poderemos sonhar em ter a educação como um fim e não um meio no sistema educacional pelos que tem poder de legislar sobre a educação no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Historia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ALVES, Nilda (Org.). **Formação de Professores: Pensar e Fazer**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALARCÃO, Isabel .**Professores Reflexivos em uma escola reflexiva** - 2.ed. - São Paulo, Cortez, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época; 103)
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei 9.394 de 20.12.1996 ( Lei Darcy Ribeiro). 2ª ed. Revista - atualizada- ampliada - Bauru, SP: EDIPRO, 2001 - (Série legislação).
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, Pedagogos e formação de Professores: Busca e Movimento**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- CENDALES, Lola e MARIÑO, Germán. **Aprender a pesquisar, pesquisando. Formação Pedagógica**. Coleção Programa Internacional de Formação de Educadores Populares. Ed. Loyola, SP, 2005.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa** - Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Perspectivas Atuais da Educação**, São Paulo em Perspectiva - *Print version* ISSN 0102-8839 -São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000 - doi: 10.1590/S0102-88392000000200002. 1983
- GHEDIN, Evandro Luiz. **Professor-reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica**. Artigo
- GIESTA, Nágila Caporlândia. **Cotidiano escolar e formação reflexiva do professo: moda ou valorização do saber docente?** - 1ª ed. Araraquara: JM, 2001, 224p.
- GHIRALDELLI Junior, Paulo. **Historia da Educação. São Paulo** : Cortez, 1994. - 2 ed. Ver. (Coleção magistério 2º grau. Serie formação do professor).
- LIBÂNEO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido - Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação&Sociedade* *Print version* ISSN01017330. Educ.Soc. vol.20 n.68 Campinas Dec. 1999. doi: 10.1590/S0101-73301999000300013. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 26/05/2022.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**- São Paulo, Cortez,2002.
- \_\_\_\_\_. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 13. ed. São Paulo: LOYOLA, 1995.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **Historia da educação e da pedagogia** / Lorenzo Luzuriaga ; tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. - 19. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2001. - (atualidades pedagógicas; v. 59)

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os Professores e a sua Formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Isolina e SERRAZINA, Lurdes. **A reflexão e o professor como investigador**. Artigo.

PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne. **Formando Professores Profissionais. Quais as estratégias! Quais competências!** – 2.ed. ver.- Proto Alegre : Artmed Editora, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PILETTI, Nelson. **Historia da Educação no Brasil**. Ática, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito** – 3. ed.- São Paulo : Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997

\_\_\_\_\_. (Org.). **Didática e formação de professores: Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Temas atuais em Pedagogia Empresarial. Aprender para ser competitivo. Liderança, Motivação, Desempenho, Administração do Tempo**. Rio de Janeiro: Wak, 2006

1984

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da Educação No Brasil (1930/1973)**. 24<sup>a</sup> ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2000.

ROMÃO, José Eustáquio. **Formação de Docentes uma questão sempre presente**. artigo, OUTUBRO, 2001.